

**EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL****REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS:  
transformações, desafios e participação popular****REDEMOCRATIZATION AND PUBLIC POLICIES ON SOLID WASTE:  
transformations, challenges and popular participation****Esther Zamboni Rossi<sup>1</sup>****RESUMO**

Este estudo investiga a trajetória das políticas públicas de resíduos sólidos em Porto Alegre, com ênfase no Sistema de Gerenciamento Integrado Dos Resíduos Sólidos iniciado em 1989. Analisa-se o aumento significativo na geração de resíduos no Brasil em comparação ao crescimento populacional, evidenciando a urgência de medidas eficazes. A cidade, pioneira em coleta seletiva, enfrenta desafios como a redução na reciclagem devido à conjuntura econômica. As fontes foram obtidas no Departamento Municipal de Limpeza Urbana. A pesquisa destaca a interação complexa entre políticas públicas, transformações urbanas e questões ambientais. Conclui-se que é fundamental compreender o contexto histórico e sociopolítico para desenvolver estratégias efetivas de gerenciamento de resíduos. O lixo é um indício visível e malcheiroso da qualidade da administração pública e das nossas relações individuais com a sociedade.

**Palavras-chave:** Política Pública; Resíduos Sólidos; História Ambiental Urbana.

**ABSTRACT**

This study investigates the trajectory of public solid waste policies in Porto Alegre, with emphasis on the Integrated Solid Waste Management System initiated in 1989. The significant increase in waste generation in Brazil is analyzed in comparison to population growth, highlighting the urgency of effective measures. The city, a pioneer in selective collection, faces challenges such as the reduction in recycling due to the economic situation. The sources were obtained from the Municipal Department of Urban Cleaning. The research highlights the complex interaction between public policies, urban transformations and environmental issues. It is concluded that it is essential to understand the historical and sociopolitical context to develop effective waste management

<sup>1</sup> Doutora em História Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina.

strategies. Garbage is a visible and smelly indication of the quality of public administration and our individual relationships with society.

**Keywords:** Public policy; Solid Waste; Urban Environmental History.

## **1 INTRODUÇÃO**

A geração de resíduos no Brasil tem acompanhado o aumento do consumo em nível mundial. De 2003 a 2014, a população brasileira aumentou em 6%, enquanto a geração de lixo cresceu 29%, indicando que cada brasileiro está produzindo uma quantidade maior de resíduos a cada ano. Em 2015, a média diária de produção de resíduos sólidos por pessoa foi de 1,071 kg, aproximando-se dos índices de 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representam aproximadamente 1 bilhão de habitantes e geram metade do lixo mundial.

As paisagens urbanas brasileiras refletem desigualdades sociais e econômicas, evidenciadas pelo processo de geração e destinação dos resíduos. As diferentes políticas públicas adotadas ao longo do tempo mostram níveis estagnados de reciclagem, destacando os conflitos e colaborações entre as organizações da sociedade civil e a administração pública. A formação das Políticas Públicas para os Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil está inter-relacionada com as visões sobre os espaços públicos e o ambiente.

Os Resíduos Sólidos Urbanos Domésticos (RSUD) são o foco desta pesquisa, inseridos em políticas públicas de gestão e produção. A abordagem compreende os RSUD não apenas como um problema domiciliar, mas também como uma questão pública quando descartados nas vias urbanas. Além disso, são percebidos como fonte de renda em sua reutilização, desde cooperativas de recicladores até indústrias de reciclagem. Os RSUD refletem as mudanças na cidade, nos padrões de consumo e nas escolhas públicas e individuais. Essa temática multifacetada é estudada em diversas áreas do conhecimento, ganhando destaque nas ciências humanas.

A dicotomia entre cidade e natureza é desafiada ao considerarmos que a cidade está intrinsecamente ligada ao ambiente, sofrendo os efeitos nocivos das atividades humanas. Pensar a cidade como um espaço de conflitos permite abordar o debate da Sociedade de Risco (GIDDENS,1991), em que os resíduos sólidos representam problemas de saúde pública, contaminação ambiental e catástrofes associadas aos hábitos culturais e sociais. A análise

histórica revela diferentes percepções do risco ao longo do tempo, evidenciando a importância da memória coletiva na compreensão das crises ambientais. (LOPES, NODARI, 2012) As fontes desta pesquisa estão disponíveis no arquivo do Departamento de Limpeza Urbana de Porto Alegre, fornecendo insights valiosos sobre a evolução das políticas e práticas de gestão de resíduos sólidos ao longo dos anos.

Esta pesquisa, na perspectiva da História Ambiental, objetiva compreender as Políticas Públicas para Resíduos Sólidos e suas relações com as transformações das paisagens urbanas. Um exemplo significativo é a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, que implantou em 1989 uma das primeiras coletas seletivas do país. Em 2000, Porto Alegre sediou o grupo de trabalho de resíduos sólidos pelo Programa de Gestão Urbana da ONU e pelo Instituto de Promoção de Economia Social (IPES). A cidade, destacada internacionalmente pelo Fórum Social Mundial em 2001, se tornou uma referência nacional no tratamento de resíduos sólidos. Com uma população de 3,6 milhões na Região Metropolitana, Porto Alegre produz diariamente cerca de 1,27 kg de resíduos sólidos urbanos por habitante.

O Sistema de Gerenciamento e Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos de Porto Alegre inclui 18 Unidades de Triagem com cooperação entre associações de catadores. Em 2016, houve uma redução de 25% no recolhimento e distribuição de resíduos recicláveis comparado a 2015, reflexo da crise econômica e da variação do dólar, além de uma queda na separação e recolhimento de resíduos recicláveis pela administração municipal.

A paisagem de Porto Alegre é marcada pelo Lago Guaíba, suas ruas e parques arborizados, e a ocupação urbana intensa. A cidade, localizada na Bacia do Rio Gravataí, apresenta uma combinação de planícies e morros, com 65% de seu território urbanizado e 30% considerado área rural. Esta região fitogeográfica apresenta uma mistura de Floresta Estacional Decidual e Campos.

Compreender estas paisagens não apenas como cenários passivos, mas como partícipes dos processos históricos, é essencial. Os aspectos biofísicos influenciam as drásticas mudanças ambientais e os desafios socioambientais enfrentados. As margens do Guaíba abrigaram os primeiros grandes depósitos de resíduos, que, a partir da década de 1950, começaram a ser deslocados para outras regiões. Em 1973, a definição de Porto Alegre como região metropolitana marcou a expansão urbana, principalmente em direção norte. Durante essa década, a adoção de sacos de polietileno para acondicionamento de lixo se popularizou, e a relação do poder público com a coleta e disposição de resíduos tornou-se mais técnica, com

empresas privadas lucrando com esses materiais.

A criação do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre em 1975, separando os sistemas de esgoto, água, obras, saúde e limpeza pública na administração, consolidou as políticas relacionadas aos resíduos sólidos. Entretanto, questões relacionadas aos resíduos já faziam parte das preocupações do poder municipal desde o século XIX. Durante o processo de redemocratização não foi diferente, a participação popular mostrava a vontade de resolver “o problema do lixo”. Portanto, as políticas de resíduos sólidos são parte integrante do processo de urbanização e das relações entre a cidade, seus habitantes, poder público e o ambiente.

Esta análise ressalta a importância de entender o contexto histórico e as dinâmicas sociológicas dos resíduos, assim como os desafios enfrentados por cidades como Porto Alegre na gestão dos resíduos sólidos e na implementação de políticas públicas eficazes e participativas.

## **2 REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA RESÍDUOS SÓLIDOS**

Durante o processo de redemocratização brasileira, as instituições de participação popular cresceram com os movimentos sociais. Com a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Prefeitura de Porto Alegre, sob a liderança do prefeito Olívio Dutra em 1989, a questão do lixo ganhou destaque, e uma nova visão de gestão de resíduos foi implementada. É importante destacar que muitos movimentos sociais e ambientalistas passaram a integrar a administração pública. A nova administração inovou principalmente ao implementar o Orçamento Participativo, que permitia discutir coletivamente diversos aspectos da vida pública do município. Foi neste contexto que teve início uma das primeiras coletas seletivas do país. (ZANETI,2006)

O Sistema de Gerenciamento e Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos se destacou por incluir a participação de cooperativas de reciclagem e por contar com Unidades de Triagem em colaboração com associações de catadores. Esses espaços foram construídos e reconstruídos ao longo dessa Política Pública e são analisados neste tópico. Na foto abaixo, vemos o então prefeito Olívio Dutra, sem registro de data, participando da construção de um espaço de educação ambiental, que conecta o resíduo individual ao coletivo após o recolhimento.

As sucessões eleitorais no Rio Grande do Sul e em sua capital, Porto Alegre, têm uma clara consonância. Entre 1947 e 1962, houve uma alternância entre duas coalizões partidárias proeminentes (o PTB e seus aliados menores, e a Frente Conservadora, composta pelo PL, PSD e UDN). O comportamento eleitoral gaúcho, no período multipartidário anterior a 1964, apresentava certa padronização do voto, baseada em três pontos principais: 1) um bipartidarismo de fato, com polarização entre duas forças políticas distintas (PTB e forças anti-PTB); 2) a dominação do trabalhismo; e 3) a inviabilidade de uma terceira força eleitoral significativa. (BAQUERO,1994)

Com a proibição do multipartidarismo pelo golpe civil-militar de 1964, a rivalidade anterior continuou com ARENA e MDB. Com o início da reabertura política e a possibilidade de novos partidos se organizarem a partir de 1982, verificou-se a continuidade da predominância de dois setores e uma tendência de a oposição vencer a situação. Observa-se uma troca contínua entre os partidos, evidenciando a impaciência e insatisfação da população com a manutenção do poder. Isso permaneceu no estado, com uma pausa a partir de 1988, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu a Prefeitura de Porto Alegre.

A permanência do PT à frente da municipalidade se deu por diversos motivos conjunturais, mas principalmente pela dinâmica proporcionada pelo Orçamento Participativo e pela distribuição de recursos pelos bairros. A continuidade administrativa, permitida por reeleições sucessivas, evidencia a satisfação da população com os resultados da gestão governamental. Nos municípios, a avaliação da população foca principalmente na qualidade dos serviços urbanos, percebida de forma imediata no cotidiano. No caso brasileiro, em que as eleições municipais ocorrem intercaladas com as eleições gerais (estaduais e nacionais), há um reforço dos critérios locais na definição do voto. Isso indica que as eleições municipais são pouco influenciadas pela conjuntura estadual ou nacional e são marcadas por um comportamento mais pragmático em relação à prestação de serviços públicos em âmbito local. (DIAS,2008)

Esse entendimento de que avaliações positivas são diretamente refletidas nas urnas configura parte das propagandas institucionais de divulgação. Desde o Orçamento Participativo até a Coleta Seletiva, essas políticas públicas são vistas como a face da administração petista. O Partido dos Trabalhadores mantém um acervo online dos programas de todas as suas políticas públicas para prefeituras, estados e o país. Através dessa plataforma, tivemos acesso ao Questionário de Inscrição do Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV, onde encontramos

informações sobre o Sistema de Gerenciamento e Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos, implementado em 1990. Este documento norteará nossa discussão sobre a Política Pública, enquanto matérias de periódicos, atas da câmara de vereadores e principalmente fotografias irão ilustrar os lugares onde a Política Pública realmente acontece.

### **3 SISTEMA DE GERENCIAMENTO E TRATAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

A administração popular, em 1989, lançou um projeto inédito, fruto de um processo histórico de observação das demandas sociais de grupos específicos da população e de uma reivindicação social. Seus objetivos visavam equacionar os problemas ambientais com a coleta seletiva, buscando atingir 100% dos bairros com um total de 60 toneladas/dia. Além disso, buscava criar alternativas ecologicamente adequadas aos resíduos coletados, aumentar a vida útil dos aterros sanitários e, o mais importante, criar alternativas de renda e trabalho para determinados segmentos excluídos da economia formal. Observa-se, então, um processo gradual de implantação.

O PMGIRS é composto por: coleta segregada (separação por tipo de material na geração do resíduo), coleta seletiva (iniciada no bairro do Bonfim e chegando a 98% do município no final de 1996), unidades de triagem (galpões que recebem o lixo da coleta seletiva, onde o trabalho é organizado por cooperativas ou associações). O manejo integrado é uma premissa para várias técnicas de gestão dos diferentes elementos do fluxo de resíduos. O Federal Register: Pollution Prevention Policy Statement (Federal Register: Pollution prevention policy statement. U.S. EPA v.54, 1989), em 1989, hierarquiza esse manejo integrado na seguinte ordem: redução na origem, reciclagem, tratamento e disposição final. O Departamento estabeleceu axiomas para a gestão (DA SILVA, DO NASCIMENTO,2017):

- a) o serviço seria prestado pelo próprio Departamento;
- b) haveria investimentos em capacitação permanente dos servidores;
- c) o serviço seria ofertado de forma consistente e ininterrupta para toda a cidade.

Os recursos provenientes da taxa de coleta de lixo e da taxa de limpeza urbana, pagas pela população através do IPTU, asseguravam o orçamento do DMLU(Departamento Municipal

de Limpeza Urbana) e lhe proporcionavam certa autonomia para gerenciar esses recursos. Quando eram necessários recursos adicionais, essa demanda era discutida na previsão de orçamento do ano seguinte.

Para financiar o projeto, houve participação de instituições religiosas, privadas e órgãos públicos na implementação e alocação de recursos para o funcionamento das unidades, que são gerenciadas por cooperativas de recicladores. O serviço de coleta seletiva oferecido pela administração foi desenvolvido com recursos da Prefeitura, onde o lixo seco recolhido tinha um custo de R\$ 76,67 por tonelada, correspondendo a 2,3% do orçamento do DMLU. Para o transporte, foram utilizados 29 veículos coletores com carrocerias alongadas. A construção dos barracões ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio (SMIC), em parceria com o DMLU, como parte de um projeto de geração de renda para comunidades carentes. Esses recursos foram obtidos por meio do Orçamento Participativo, com a seguinte contribuição: DMLU com R\$ 1.380.060,00 e SMIC com R\$ 165.000,00, totalizando R\$ 1.545.060,00. (Banco de dados virtual de Projetos de Leis, Políticas Públicas e Programas de Governo do PT.in: <http://www.pt.org.br>)

Cada etapa do projeto é acompanhada pelos parceiros envolvidos, que desempenham papéis cruciais em seu desenvolvimento. O DMLU é responsável pela execução da coleta seletiva, fiscalização do processo e distribuição das cargas nos barracões, além de monitorar as atividades das unidades de reciclagem. A SMIC (Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio), por sua vez, é responsável pelo projeto de geração de renda. As etapas do projeto incluem:

1. Organização dos catadores do antigo lixão.
2. Início da implantação da coleta seletiva na cidade, visando reduzir os materiais encaminhados aos aterros.
3. Construção do primeiro galpão de reciclagem para o primeiro grupo.
4. Organização de outros grupos de trabalhadores já envolvidos com a reciclagem.
5. Implantação da coleta seletiva em 100% da cidade.
6. Alimentação constante do processo.

Ao longo de todas as etapas, foi realizado um trabalho de sensibilização junto à população, baseado nos princípios da educação ambiental. Entre 1990 e 1992, a população

diretamente beneficiada ou que aderiu ao projeto era de 312.000 pessoas, representando 22,28% da população da cidade, enquanto a população potencialmente beneficiada chegava a 1.400.000 pessoas.

Essas iniciativas mostram um comprometimento contínuo com a sustentabilidade e a inclusão social, refletindo uma abordagem inovadora na gestão de resíduos. A administração popular de Porto Alegre, liderada pelo PT, conseguiu não apenas implementar um sistema eficiente de coleta seletiva, mas também promover a educação ambiental e a geração de renda para comunidades carentes, consolidando a satisfação da população com a gestão pública e garantindo a continuidade administrativa através de sucessivas reeleições.

A análise dos registros do DMLU revelou que 117 pessoas estavam diretamente envolvidas na execução do projeto de coleta seletiva. Dentre elas, havia 29 motoristas, 34 garis próprios do departamento, 45 contratados (dos quais 5 possuíam nível médio e 4 nível superior), além de 1 funcionário da SMIC.

Os mecanismos de avaliação do projeto incluíam a pesagem dos resíduos nas unidades de reciclagem e o acompanhamento mensal, onde todos os percentuais dos resíduos recolhidos eram tabulados, juntamente com os comercializados, seus destinos e valores executados. Dessa forma, mantinha-se um banco de dados mensal sobre a produção de cada unidade, permitindo a detecção de possíveis problemas e a elaboração de relatórios anuais e novos projetos conforme necessário.

Eunísio Rigo descreve que o projeto de Gerenciamento Integrado tinha três fatores interdependentes: reaproveitamento dos resíduos, diminuição de sua produção e educação ambiental. A organização da coleta seletiva nos bairros envolvia um processo que considerava a construção de novos galpões de separação e a logística necessária, como recebimento, triagem, empacotamento e venda dos materiais recicláveis. Este planejamento incluía o mapeamento dos arruamentos, a população residente e o número de veículos necessários.

Folhetos arquivados na Biblioteca do DMLU, como um de 1996, indicam o alcance e o impacto da coleta seletiva: "Coleta Seletiva um serviço 100%". Em 1991, 60 escolas municipais, estaduais e particulares já recebiam a coleta seletiva e participavam da divulgação sobre a separação adequada dos resíduos. A expansão da coleta seletiva seguiu a seguinte ordem: começou em 1990 nos bairros Bom Fim e Cidade Baixa, em 1991 expandiu-se para mais 14 bairros, em 1992 alcançou 37 bairros, e em 1993, 61 bairros foram beneficiados.

Desde o início da implantação do serviço, um programa de divulgação foi executado,

com a distribuição de folhetos com instruções, uso de carros de som, e eventos comunitários de conscientização ambiental, incluindo apresentações do grupo teatral “Ói Nóis Aqui Traveiz”.

Na sessão da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 03/04/1989, o vereador Gert Schinke destacou que pela primeira vez na história do município, estava sendo discutido um plano sério e responsável de manejo de lixo, com foco ecológico e social. Embora outras administrações anteriores tivessem mostrado preocupação com a questão dos resíduos, foi com a entrada do PT na prefeitura que o projeto de reciclagem foi viabilizado de forma ampla.

O programa de Postos de Entrega Voluntária foi lançado em março de 1990, com a criação de 29 postos para que a população pudesse levar material separado, não necessitando esperar o dia do caminhão de coleta. A coleta seletiva oficial começou em 07 de julho de 1990, com um evento no Parque da Redenção que incluiu atividades lúdicas e apresentações para motivar a população.

A coleta no Bairro Bonfim foi marcada por uma abordagem educativa, com caminhões caracterizados, sinetas e funcionários batendo de porta em porta. A educação ambiental da população contou com a participação de associações como a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural).

A meta para os anos seguintes era ampliar a coleta e o reaproveitamento dos resíduos, diminuindo os resíduos destinados aos aterros e qualificando os profissionais da limpeza urbana.

O sucesso do projeto estava na sua abordagem integrada e na participação ativa da comunidade, refletindo um compromisso contínuo com a sustentabilidade e a inclusão social. A administração popular de Porto Alegre, liderada pelo PT, conseguiu não apenas implementar um sistema eficiente de coleta seletiva, mas também promover a educação ambiental e a geração de renda para comunidades carentes, consolidando a satisfação da população com a gestão pública e garantindo a continuidade administrativa através de sucessivas reeleições. Por ocasião da semana do gari em 1991, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, representada pelo vereador Clóvis Ilgenfritz, homenageou os garis da cidade por meio do diretor do DMLU, Darcy Campani. Ilgenfritz, falando em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, expressou seu respeito e gratidão aos garis e a todos os trabalhadores envolvidos no processo de gestão dos resíduos. Ele destacou a importância de políticas que valorizem a vida e a dignidade humana, promovendo melhores salários, condições de trabalho, segurança, saúde, e oportunidades de educação e progresso. Ele enfatizou que a política do PT visava à valorização

da vida e da soberania do ser humano, defendendo uma administração transparente e participativa.

Na mesma oportunidade, o coordenador do DMLU, Jacobini, reconheceu os avanços na valorização dos trabalhadores. Ele destacou que a preocupação não era apenas com as questões ambientais, mas também com as condições de trabalho diárias dos funcionários, refletindo positivamente na cidade. Esses avanços incluíram melhorias nas condições financeiras e de trabalho, além da criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que visava defender os direitos dos trabalhadores, prevenindo acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

#### **4 A REDEMOCRATIZAÇÃO E O IMPACTO DAS ASSOCIAÇÕES NO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

A redemocratização transformou significativamente a relação entre o Estado e a sociedade civil, evidenciada pelo aumento expressivo das diversas associações. Este fenômeno é crucial para entender a implantação do Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos, onde o Orçamento Participativo e as associações desempenham papéis essenciais. O Orçamento Participativo permitiu uma atenção especial às questões locais dos bairros, promovendo a participação direta nas tomadas de decisões. As associações, pioneiras no desenvolvimento de atividades de reciclagem de forma organizada, aderiram aos Galpões e Unidades de Triagem do Plano de Gerenciamento Integrado.

A gestão municipal de 1989 promoveu uma reorganização dos movimentos sociais, com a multiplicação dos espaços de articulação coletiva e a especialização de cada movimento em suas reivindicações, muitas vezes restritas a um único bairro ou associação de moradores. Essa fragmentação das pautas não estava mais associada unicamente à luta contra o estado ditatorial, mas resultava das lutas sociais que conquistaram voz na formulação da Constituição de 1988.

As associações podem ser definidas pela dimensão e abrangência de suas redes relacionais. Os grupos menores, com objetivos mais restritos como as famílias, são associações primárias. As associações intermediárias, ou secundárias, incluem grupos cívicos, esportivos, religiosos e culturais. Já as associações terciárias são grupos de interesse político e econômico, com objetivos mais amplos e estruturação hierárquica. O Código Civil brasileiro, no artigo 53,

define as associações como “a união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. São pessoas de direito privado, reunidas sem objetivo de lucro, diferenciando-se de partidos, empresas privadas e fundações.

Um conceito amplamente utilizado nas pesquisas brasileiras é o do Terceiro Setor, que abrange organizações que não são nem estatais nem privadas e que não buscam lucros financeiros. A participação voluntária e a institucionalização são características distintivas desse setor. A pesquisa de Lígia Lüchmann e Ramon Gusso, com um levantamento no Cartório de Registros de Porto Alegre, mostra como diferentes regimes políticos influenciaram as associações em nível municipal.

O Orçamento Participativo não necessariamente aumentou o número de associações, mas alterou qualitativamente o tecido associativo municipal. As associações de bairro, comunitárias e de moradores, assim como os clubes de mães, representam a maioria das categorias “de direitos”. Entre 1985 e 1989, foram registradas 800 associações comunitárias e de moradores e 188 associações ou clubes de mães, além de 67 associações ambientais.

A vitória do PT nas eleições de 1992, com Tarso Genro sucedendo Olívio Dutra, representou uma continuidade na administração municipal que favoreceu a criação de várias associações e galpões de triagem, como o Aterro da Zona Norte, Vila Dique, Campo da Tuca, Wenceslau Fontoura, Vila Cai-Cai e Vila Bom Jesus. Esses galpões, administrados pelas associações, tiveram sua manutenção garantida pelo poder público. Cada Unidade de Triagem possui uma dinâmica própria, dependente da organização da associação responsável.

O itinerário dos veículos de coleta seletiva era planejado para otimizar a relação entre o número de trabalhadores nos galpões e a capacidade produtiva. Inicialmente, o volume de resíduos recolhido era pequeno, mas aumentava à medida que a população se familiarizava com o serviço, exigindo replanejamentos constantes dos trajetos dos caminhões.

O percurso dos caminhões de coleta seletiva é um ponto-chave no funcionamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conectando o cotidiano da população às políticas públicas. A correta disposição do lixo reciclável nas ruas, nos horários e dias determinados, é um desafio maior para a população do que a separação dos resíduos em si. Percorrendo esses caminhos, os caminhões ligam as residências de todos os bairros às Unidades de Triagem. No mapa abaixo, elaborado pelo DMLU em 2020, podemos visualizar a localização das 16 Unidades de Reciclagem.

## 5 CONCLUSÃO

Convido os leitores e leitoras a refletir sobre os detalhes de seu cotidiano relacionados à gestão de resíduos. Pensem em como descartam seus resíduos, como são suas lixeiras, que tipos de sacos plásticos utilizam, se separam ou não os resíduos, e quais são os principais resíduos que geram diariamente. Avaliem como funciona a coleta de lixo em suas ruas, os dias e horários, se é seletiva ou não, e se há postos de coleta especiais em seus bairros. Agora, tentem imaginar quem recolhe o lixo das lixeiras nas ruas e o coloca no caminhão, e acompanhem mentalmente todo o trajeto que essa pessoa percorre até o local de transbordo. Vocês sabem onde esse espaço fica em suas cidades? E depois, para onde esse resíduo é levado?

Esses processos cotidianos passam despercebidos por muitos, mas são fundamentais para a vida de milhares de pessoas, sendo parte integrante de suas rotinas conviver com os resíduos. Esses percursos também moldam o mapa da cidade, que é um conjunto de caminhos e seres humanos e não humanos que os percorrem e constroem.

Na perspectiva da História Ambiental, buscamos compreender as políticas públicas para resíduos sólidos, com ênfase nas transformações ocorridas no Departamento Municipal de Limpeza Urbana em 1989. Para além de uma história do departamento, procuramos entender essas políticas através das relações com as transformações das paisagens urbanas.

Verificamos que o Sistema de Gerenciamento de Resíduos foi implementado em etapas, com maior participação popular a partir de 1989. No entanto, constatamos que a estagnação ou queda na participação popular e nos índices de reciclagem tem diversas causas, incluindo mudanças governamentais e aumento do consumo e geração de resíduos.

Apesar de políticas públicas bem elaboradas, os índices de reciclagem permanecem estagnados, destacando a necessidade de compreender as discrepâncias entre as políticas e as experiências locais. A desigualdade social e a falta de acesso a serviços básicos também afetam a gestão de resíduos, evidenciando a necessidade de um processo de educação ambiental crítico e contextualizado.

A cidadania é fortalecida pela participação, ampliando as possibilidades da condição humana. O lixo é um indicador visível e malcheiroso da qualidade da administração pública e de nossas relações individuais com a sociedade. Políticas públicas representam possibilidades de cidade, legislações e decretos que percorrem os caminhos urbanos e interagem com os

cidadãos e cidadãs. A dinamicidade deve ser a essência dessas políticas, e a História Ambiental dessas políticas públicas, guiada pelos olhares expressos nas fotografias, nos ajuda a focar em objetos e lugares que o cotidiano muitas vezes nos faz ignorar.

### **REFERÊNCIAS**

Banco de dados virtual de Projetos de Leis, Políticas Públicas e Programas de Governo do PT.ina <http://www.pt.org.br>

BAQUERO, Marcelo. O desencanto com a democracia: análise do comportamento eleitoral dos gaúchos nas eleições de 1994. *Opinião Pública*, v. 2, n. 2, p. 73-94, 1994.

DA SILVA, Caroline Silva; DO NASCIMENTO, Luís Felipe Machado. 25 ANOS DA COLETA SELETIVA DE PORTO ALEGRE: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS. *GESTÃO E DESENVOLVIMENTO*, v. 14, n. 2, 2017.

GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva; NODARI, Eunice Sueli. *Paisagem (D) E Risco: Subsídios Para Análise Na Transformação Da Percepção Ambiental*, Anais do 2º Simpósio de História Ambiental e Migrações. Florianópolis, 2012.

SILVA, Caroline Silva da. *25 anos de Coleta Seletiva em Porto Alegre: história e perspectivas*. 2015.

ZANETI, Izabel. *As sobras da modernidade: o sistema de gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre, RS*. FAMURS, 2006.